

**INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO****Edital n.º 1148/2019**

*Sumário:* Concurso documental, para recrutamento de um professor coordenador, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a área científica de ciências da vida e da terra, grupo disciplinar de ciências agronómicas e veterinárias, área disciplinar de ciência animal.

1 — Faz-se público que por despacho proferido a 04 de junho de 2019 do Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), Rui Alberto Martins Teixeira, no uso de competência própria, nos termos do disposto na alínea *d*), do n.º 1, do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e na alínea *f*) do n.º 2 do artigo 30.º dos Estatutos do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), homologados pelo Despacho Normativo n.º 7/2009, publicado na 2.ª série do DR, n.º 26, de 6 de fevereiro de 2009, se encontra aberto, pelo prazo de 30 dias úteis a contar do dia útil imediato ao da publicação deste edital no *Diário da República*, concurso documental, para recrutamento de um professor coordenador, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com período experimental de um ano, caso o candidato selecionado não possua já contrato por tempo indeterminado como professor das carreiras docentes do ensino universitário ou do ensino politécnico, para a área científica de ciências da vida e da terra, grupo disciplinar de ciências agronómicas e veterinárias, área disciplinar de ciência animal, do mapa de pessoal deste Instituto, de acordo com o disposto nos artigos 10.º, 10.º-A, 15.º, 15.º-A, 19.º e 29.º-B, do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 207/2009, de 31 de agosto e pela Lei n.º 7/2010, de 13 de maio, adiante designado por ECPDESP, conjugados com o Regulamento Concursal para a Contratação de Pessoal Docente de Carreira do IPVC — Despacho n.º 7986/2014, publicado na 2.ª série do DR, n.º 115, de 18 de junho de 2014.

2 — Prazo de validade: o concurso é válido para o preenchimento do posto de trabalho indicado, caducando com o seu preenchimento ou um ano após a data de homologação da lista de classificação final pelo Presidente do IPVC.

3 — São requisitos gerais de admissão ao presente concurso os previstos no artigo 17.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, conjugado com o artigo 12.º-E do ECPDESP.

4 — São requisitos especiais de admissão os definidos nos termos do artigo 19.º do ECPDESP: ao presente concurso poderão candidatar-se os detentores do grau de doutor ou do título de especialista, obtido há mais de cinco anos, na área ou área afim daquela para que é aberto o presente concurso.

5 — Caracterização do conteúdo funcional da categoria: o descrito no n.º 5, do artigo 3.º do ECPDESP.

6 — Formalização da candidatura: a candidatura deverá ser formalizada mediante requerimento dirigido ao Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, podendo ser entregue pessoalmente nos Serviços Centrais, localizados na Rua Escola Industrial e Comercial de Nun'Álvares, n.º 34, 4900-347 Viana do Castelo, ou remetido pelo correio, sob registo e com aviso de receção, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas para a referida morada, e deverá conter os seguintes elementos:

a) Identificação completa (nome completo e nome adotado em referências bibliográficas, filiação, naturalidade, data de nascimento, número e data do bilhete de identidade/cartão do cidadão ou de documento idóneo legalmente reconhecido para o efeito, estado civil, profissão, residência, código postal e telefone ou endereço eletrónico de contacto);

b) Habilitações académicas e ou títulos profissionais/académicos;

c) Categoria, grupo ou área disciplinar a que pertence, tempo de serviço como docente do ensino superior e instituição a que pertence, se aplicável;

d) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem passíveis de influírem na apreciação do seu mérito ou de constituírem motivo de preferência legal;

e) Identificação do concurso a que se candidata e referência ao *Diário da República* em que foi publicado o presente edital;

f) Data e assinatura.

7 — Instrução do requerimento de admissão:

7.1 — Os requerentes deverão fazer acompanhar os seus requerimentos dos seguintes documentos comprovativos do cumprimento dos requisitos gerais, previstos no artigo 17.º da LGTFP:

a) Certificado do registo criminal comprovativo da não inibição do exercício de funções públicas, ou não interdição do exercício daquelas que se propõe desempenhar;

b) Declaração do próprio candidato que assegure o cumprimento dos requisitos de robustez física e o perfil psíquico exigidos para o exercício das funções a que se candidata e de ter cumprido as leis de vacinação obrigatória;

7.2 — De acordo com o ECPDESP, e em consonância com o Regulamento de Recrutamento e Contratação de Pessoal Docente de Carreira do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, o requerimento de admissão ao concurso é ainda instruído com os seguintes elementos:

a) Documento comprovativo do preenchimento dos requisitos especiais previstos no n.º 4 do presente edital: certidão dos graus e títulos exigidos e certidão comprovativa do tempo de serviço;

b) Um exemplar, entregue em papel, do *curriculum vitae* do candidato organizado de acordo com os critérios de seleção e seriação dos candidatos especificados no ponto 14 deste edital;

c) Um exemplar, entregue em papel, dos trabalhos referidos pelo candidato no seu *curriculum vitae*. Ficam dispensados desta obrigação os trabalhos com DOI ou que estejam acessíveis no RCAAP, mas o seu endereço permanente deve ser indicado no *curriculum vitae*.

7.3 — Dos elementos referidos nas alíneas b) e c) do número anterior, deverá ainda ser entregue dois exemplares em suporte digital (formato pen, devidamente identificado).

8 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos (gerais e especiais) legalmente exigidos nos termos do presente edital, ou a sua apresentação fora do prazo estipulado, determina a exclusão do procedimento.

9 — Na fase de apresentação das candidaturas é dispensada a apresentação dos documentos referidos no ponto 7.1 do presente edital, desde que os candidatos declarem no próprio requerimento ou em documento à parte, sob compromisso de honra, em alíneas separadas, a situação precisa em que se encontram relativamente a cada um dos requisitos.

10 — Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 5 do artigo 16.º do Regulamento de Recrutamento e Contratação de Pessoal Docente de Carreira do IPVC, o júri pode solicitar aos candidatos a entrega de documentação complementar relacionada com o currículo apresentado, reservando-se o direito de não valorar os elementos que entenda que essa documentação deveria comprovar se a mesma não for entregue.

11 — A apresentação de documento falso determina a imediata exclusão do concurso e a participação à entidade competente para efeitos de procedimento penal.

12 — Os candidatos que prestem serviço no IPVC ficam dispensados da apresentação dos documentos que já existam no seu processo individual, devendo o facto ser expressamente mencionado no respetivo requerimento de admissão.

13 — O júri, nomeado pelo despacho IPVC-P-35/2019, é constituído pelos seguintes elementos:

Presidente: Luís Paulo Lopes Brandão Areosa Rodrigues, por delegação de competências, professor coordenador com agregação do Instituto Politécnico de Viana do Castelo;

Vogais efetivos:

Alfredo Jorge Costa Teixeira, professor coordenador com agregação do Instituto Politécnico de Bragança;

Fernando José dos Santos Delgado, professor coordenador do Instituto Politécnico de Coimbra; José Pedro Fragoso de Almeida, professor coordenador do Instituto Politécnico de Castelo Branco; Paulo Reis Branco Pardal, professor coordenador do Instituto Politécnico de Santarém; Severiano Cruz da Rocha Silva, professor associado com agregação da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

14 — Critérios de seleção e seriação dos candidatos: de acordo com o disposto no 15.º-A do ECPDESP e no artigo 24.º do Regulamento dos Concursos para a Contratação do Pessoal da Carreira Docente do IPVC, os parâmetros gerais de avaliação e ordenação dos candidatos, visando averiguar o mérito dos candidatos para as funções a desempenhar, são os seguintes, aos quais foi atribuída a seguinte ponderação:

- a) Componente DTCP — Desempenho Técnico-Científico e Profissional relevantes na área disciplinar/disciplina em que é aberto o concurso: 45 %;
- b) Componente CP — Capacidade Pedagógica relevante na área disciplinar/disciplina em que é aberto o concurso: 35 %;
- c) Componente OAR — Outras atividades relevantes para a missão da instituição: 20 %.

14.1 — Na avaliação do desempenho técnico-científico e profissional (DTCP) são objeto de ponderação os seguintes parâmetros e itens:

I — Subcomponente DTCP 1 (50 %): Livros, artigos, comunicações científicas, tendo em consideração a relevância para a área disciplinar/disciplina em que é aberto o concurso e fatores de qualidade:

- I. a) Livros (autor/coautor) em Editora internacional: 20 pontos cada;
- I. b) Livros (autor/coautor) em Editora nacional: 10 pontos cada;
- I. c) Artigos com arbitragem/capítulos de livros: 8 pontos cada;
- I. d) Artigos sem arbitragem: 2 pontos cada;
- I. e) Editor/coeditor/coordenador de Obras (livros/atas/revistas): 8 pontos cada;
- I. f) Conferências por convite: 6 pontos cada;
- I. g) Comunicações orais: 4 pontos cada;
- I. h) Comunicações em poster: 2 pontos cada;
- I. i) Resenhas, resumos, relatórios, outros: 4 pontos cada;
- I. j) Workshop/ painel/ mesa redonda e similares: 5 pontos cada;
- I. k) Prémios e distinções na subcomponente: 10 pontos cada;
- I. l) Qualidade global da produção científica medido número de publicações em Science Citation Index e /ou Scopus (3 pontos /item).

II — Subcomponente DTCP2(10 %). Coordenação e participação em projetos científicos; Geração de propriedade intelectual:

- II. a) Responsável de Projeto financiado com 100 000 € ou mais, por entidade externa FCT ou outra: 20 pontos por ano;
- II. b) Responsável de Projeto financiado com 20 000 € a 100 000 €, por entidade externa FCT ou outra: 15 pontos por ano;
- II. c) Responsável de Projeto financiado até 20 000 €, por entidade externa FCT ou outra: 10 pontos por ano;
- II. d) Participação em projeto financiado com 100 000 € ou mais, por entidade externa: 3 pontos por ano;
- II. e) Participação em projeto financiado com 20 000 € a 100 000 €, por entidade externa: 2 pontos por ano;
- II. f) Participação em projeto financiado até 20 000 €, por entidade externa: 1 ponto por ano;
- II. g) Projetos (responsável/elemento) não financiados, mas classificados pelo menos com bom: 3 pontos cada.



III — Subcomponente DTCP 3(20 %): Orientação de teses, Participação em júris de provas e concursos académicos:

- III. a) Orientação de teses de doutoramento (aprovadas): 18 pontos cada;
- III. b) Orientação de teses/relatórios de mestrado (aprovadas): 6 pontos cada;
- III. c) Júris de mestrado/bancas de qualificação (exceto se orientador): 4 pontos cada;
- III. d) Júris de doutoramento ou especialista (exceto se orientador): 8 pontos cada;
- III. e) Júris de agregação: 8 pontos cada;
- III. f) Júri de Concurso para Assistente: 2 pontos cada;
- III. g) Júri de Concurso para Professores Adjuntos: 3 pontos cada;
- III. h) Júri de Concurso para Professores Coordenadores ou Professores Associados: 6 pontos cada;
- III. i) Júri de Concurso para Professores Coordenadores Principais ou Professores Catedráticos: 8 pontos cada.

IV — Subcomponente DTCP 4 (10 %): Habilitações académicas relevante para a área disciplinar/disciplina em que é aberto o concurso:

- IV. a) Habilitação académica relevante para a área disciplinar/disciplina do concurso: Doutoramento 40 pontos;
- IV. b) Habilitação académica relevante para a área disciplinar/disciplina do concurso: Mestrado 10 pontos;
- IV. c) Habilitação académica afim da área disciplinar/disciplina do concurso: Doutoramento 15 pontos;
- IV. d) Habilitação académica afim da área disciplinar/disciplina do concurso: Mestrado 5 pontos.

V — Subcomponente DTCP 5 (10 %): Desempenho de outras atividades técnico-científicas e/ou profissionais relevantes na área disciplinar/disciplina em que é aberto o concurso:

- V. a) Elaboração de estudos/pareceres/ou similares: 4 pontos por cada item;
- V. b) Avaliador de artigos científicos ou projetos de investigação, etc: 3 pontos por cada item;
- V. c) Membro de conselho editorial: 5 pontos por revista;
- V. d) Membro do conselho científico de eventos: 4 pontos por evento;

14.2 — Na avaliação da capacidade pedagógica (CP) são objeto de ponderação os seguintes parâmetros e itens:

I — Subcomponente CP 1 (40 %): Experiência efetiva de serviço docente:

- I. a) Experiência efetiva de serviço docente no ensino superior: 4 pontos por ano;
- I. b) Experiência efetiva de serviço docente noutros graus de ensino: 2 pontos por ano.

II — Subcomponente CP 2(30 %): Docência relevante na disciplina ou área disciplinar em que é aberto o concurso:

- II. a) Docência: 4 pontos por ano;
- II. b) Regência ou elaboração dos programas: 2 pontos por disciplina.

III — Subcomponente CP3 (20 %): Supervisão de atividades pedagógicas

III a) Orientação de estágios, projetos ou alunos em prática pedagógica: 1 ponto por aluno até ao máximo de 24.

14.3 — Na avaliação de Outras atividades Relevantes para a Missão da Instituição (OAR) são objeto de ponderação os seguintes parâmetros e itens:

I — Subcomponente OAR 1 (50 %): Desempenho de cargos de gestão da instituição:

- I. a) Presidente/Reitor de Instituição de Ensino Superior: 40 pontos por ano;
- I. b) Vice-presidente/Vice-reitor de Instituição de Ensino Superior: 35 pontos por ano;

- I. c) Presidente/Diretor de Escola ou Unidade Orgânica: 30 pontos por ano;
- I. d) Pró-presidente/Pró-reitor, Vice-presidente/Subdiretor de Escola ou Unidade Orgânica, Presidente de Conselho Científico e Conselho Pedagógico: 24 pontos por ano;
- I. e) Vice-Presidente de Conselho Científico e de Conselho Pedagógico, Coordenador de Comissão Científica: 10 pontos por ano;
- I. f) Secretário de órgãos institucionais: 9 pontos por ano;
- I. g) Coordenador de Área Científica ou Departamento: 20 pontos por ano;
- I. h) Coordenador de Grupo Disciplinar: 12 pontos por ano;
- I. i) Coordenador de Curso de Licenciatura ou Mestrado: 20 pontos por ano;
- I. j) Coordenador de Curso CET, CTeSP ou de Pós-graduação: 12 pontos por ano;
- I. k) Gestor Institucional da Qualidade: 10 pontos por ano;
- I. l) Responsável por unidade/serviços: 8 pontos por ano.

II — Subcomponente OAR 2 (30 %): Membro de órgãos e participação em grupos/comissões de trabalho institucionais.

- II. a) Membro de Conselho Científico, Pedagógico, Conselho Geral e Conselho Académico: 7 pontos por ano;
- II. b) Membro da Comissão de Curso de Licenciatura ou Mestrado: 6 pontos por ano;
- II. c) Membro da Comissão de Curso CET, CTeSP ou de Pós-graduação: 5 pontos por ano;
- II. d) Membro de Comissão Institucional (elaboração de regulamentos, planeamento estratégico, comissões estatutárias, criação e reestruturação de cursos, avaliação de pessoal, membro Institucional do Sistema de Gestão [SG], etc): 5 pontos por participação.

III — Subcomponente OAR 3(20 %): Outras atividades relevantes:

- III. a) Presidente e Membros de júri de seleção/seriação mestrado, pós-graduação, concursos especiais, concursos > 23 anos, CET, CTeSP e similares: 7 pontos por participação;
- III. b) Participação em programa de Mobilidade: Estadias docentes e de investigação: 7 pontos por participação;
- III. c) Responsável pela organização de eventos científicos ou artísticos: 10 pontos por evento;
- III. d) Membro da comissão organizadora de eventos científicos ou artísticos: 4 pontos por evento;
- III. e) Responsável/Membro da comissão organizadora de eventos científicos ou artísticos internacionais: 7 pontos por evento;
- III. f) Participação em ações de divulgação da instituição (mostras, artigos na imprensa, etc): 4 pontos por ação;
- III. g) Responsabilidade em concursos de aquisição de equipamentos: 10 pontos por concurso;
- III. h) Cargos em órgãos diretivos de sociedades científicas/artísticas: 7 pontos por cargo.

15 — A ordenação dos candidatos deve ser fundamentada na avaliação feita com base nos parâmetros gerais de avaliação e correspondentes fatores de ponderação aprovados.

15.1 — De acordo com a grelha resultante do n.º 14, cada membro do júri valoriza cada uma das subcomponentes para cada candidato. A pontuação do candidato em cada subcomponente é a média aritmética das valorizações feitas pelos membros do júri.

15.2 — Os resultados obtidos da aplicação das regras definidas no ponto 15.1 são objeto de relativização, nos seguintes termos: em cada subcomponente, ao candidato com o maior número de pontos obtidos é atribuído o valor 100; aos restantes candidatos será atribuído um valor proporcional tendo como referência o candidato com o maior número de pontos.

15.3 — A classificação Final (CF) da avaliação de cada candidato é calculada através da fórmula de ponderação das várias componentes e subcomponentes:

$$CF = DTCP * (dtcp1*Pdtcp1 + dtcp2*Pdtcp2 + dtcp3*Pdtcp3 + dtcp4*Pdtcp4 + dtcp5*Pdtcp5) + CP * (cp1*Pcp1 + cp2*Pcp2 + cp3*Pcp3) + OAR * (oar1*Poar1 + oar2*Poar2 + oar3*Poar3)$$

em que Pxxi representa o número de pontos normalizado obtido em cada subcomponente.



16 — Nos termos da alínea *b*) do n.º 4 do artigo 23.º do ECPDESP e da alínea *o*) do artigo 17.º do Regulamento Concursal para a Contratação de Pessoal Docente de Carreira do IPVC, o júri pode promover audições públicas, em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos admitidos.

17 — O processo do concurso pode ser consultado pelos candidatos que o pretendam fazer nos serviços centrais do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, nas horas normais de expediente.

18 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição da República Portuguesa, o Instituto Politécnico de Viana do Castelo, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

19 — O presente concurso será inscrito (registado) na BEP (Bolsa de Emprego Público), até ao 2.º dia útil após a presente publicação no *Diário da República*, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de abril, inserido no sítio da Internet da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, nas línguas portuguesa e inglesa, assim como, de igual modo, no sítio da Internet do IPVC.

20 de setembro de 2019. — O Presidente do IPVC, *Carlos Manuel da Silva Rodrigues*.

312631159